

Banco Komatsu do Brasil S.A.

**Demonstrações Financeiras
de 30 de junho de 2019 e 2018**

Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	4
Balanço Patrimonial	7
Demonstração do Resultado	8
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	11

Relatório da Administração

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A., correspondente às atividades desenvolvidas durante os semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, elaboradas em conformidade com a legislação vigente, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Ouvidoria

O Banco Komatsu, em conformidade com as disposições da Resolução nº4.433/15, do Conselho Monetário Nacional, mantém o componente organizacional de ouvidoria. Trata-se de um canal de comunicação entre o banco e seus clientes, que busca o aprimoramento de nossos procedimentos e rotinas, assim como o aperfeiçoamento de nossos produtos e serviços.

Desempenho

O Banco Komatsu tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos distribuídas pelo grupo Komatsu no Brasil.

O valor presente da carteira de operações de crédito, no encerramento do semestre, foi de R\$ 187 milhões e o valor presente da carteira de arrendamento mercantil de R\$ 26 milhões.

O lucro líquido no semestre, após a dedução da provisão para imposto de renda e da contribuição social, foi de R\$ 1,77 milhões. O patrimônio líquido no final de junho de 2019 totalizava R\$ 101 milhões, com o índice de Basileia de 39,01 %.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas e clientes pelo apoio e confiança e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento e dedicação.

A administração

São Paulo, 22 de agosto de 2019



KPMG Auditores Independentes

Av. Dionysia Alves Barreto, 500 - 10º andar - Cj. 1001 - Centro

06086-050 - Osasco/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 2856-5300

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores do

Banco Komatsu do Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Komatsu do Brasil S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações financeiras nº 3g e 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da

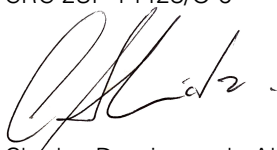
auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-14428/O-6



Charles Domingos de Almeida
Contador CRC 1PR039655/O-9

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Balanço Patrimonial em 30 de junho

	NOTA	2019	2018		NOTA	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		116.603	101.398	PASSIVO CIRCULANTE		138.032	64.005
Disponibilidades	4	16	13	Depósitos	11	33.526	5.314
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4/5a	27.154	38.392	Depósito Interfinanceiros não Ligadas		28.083	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		27.154	38.392	Depósito a Prazo Ligadas		5.443	5.314
Titulos e Vlr's Mobiliários Instr.Finan.Derivativos	6a	2.853	3.266	Instr.Finan.Derivativos	6a	2.444	-
Swap		2.853	3.266	Swap		2.444	-
Operações de Crédito	7	83.316	57.694	Obrigações p/Empréstimos no Exterior	12	93.070	52.633
Setor Privado		80.769	54.714	Empréstimos no Exterior		93.070	52.633
Finame		2.464	2.267	Obrigações p/ Repasses País - Instituições Oficiais	13	2.427	2.256
Empréstimos		883	1.601	Finame		2.427	2.256
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(800)	(888)	Outras Obrigações	14	6.565	3.802
Operações de Arrendamento Mercantil	7	(66)	(14)	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		150	21
Arrendamento Mercantil		7.982	2.719	Fiscais e Previdenciárias		2.372	1.422
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)		(7.967)	(2.705)	Credores por Antecipação de Valor Residual		1.595	240
(-) Provisão p/Arrend.Merc.de Liquidação Duvidosa		(81)	(28)	Pagamento de Pessoal		2.066	1.829
Outros Créditos	8	1.928	1.654	Provisão pagamentos Depesas Administrativas		248	166
Rendas a Receber		519	214	Fornecedores a Pagar		134	124
Crédito Tributário		603	707				
Impostos e Contribuições a Compensar		310	564				
Diversos		496	169				
Outros valores e Bens	9	1.402	393				
Despesas Antecipadas		73	121				
Bens não de Uso Próprio		1.385	388				
(-) Prov.p/Desvalor.de BNDU		(56)	(116)				
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		102.788	82.019	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.877	24.588
Operações de Crédito	7	102.238	81.638	Obrigações p/Empréstimos no Exterior	12	-	19.191
Setor Privado		99.330	76.216	Empréstimos no Exterior		-	19.191
Finame		3.877	5.397	Obrigações p/ Repasses País - Instituições Oficiais	13	3.877	5.397
Empréstimos		-	785	Finame		3.877	5.397
(-)Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(969)	(760)				
Operações de Arrendamento Mercantil	7	(161)	(42)				
Arrendamento Mercantil		20.856	5.382				
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)		(20.856)	(5.382)				
(-) Provisão p/Arrend.Merc.de Liquidação Duvidosa		(161)	(42)				
Outros Créditos	8	711	423	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	22e	4.582	3.509
Crédito Tributário		711	423	Resultados de Exercícios Futuros		4.582	3.509
Imobilizado de Uso	10	599	661				
Outras Imobilizações de Uso		1.034	879				
(-)Depreciação Acumulada		(435)	(218)				
Imobilizado de Arrendamento Financeiro	7	27.583	7.243	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		101.082	99.219
Máquinas e Equipamentos		30.814	8.439	Capital Social	15	100.000	100.000
Superveniência de Depreciação		5.574	1.052	Ajuste de Avaliação Patrimonial	6d	(363)	(39)
(-)Depreciação Acumulada		(8.805)	(2.248)	Reserva de Capital		154	45
				Lucro/(Prejuízo) Acumulado		1.291	(787)
TOTAL DO ATIVO		247.573	191.321	TOTAL DO PASSIVO		247.573	191.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do 1º Semestre findo em

	NOTA	2019	2018
Receitas da Intermediação Financeira		19.041	14.474
Operações de Crédito	7b	11.166	8.635
Operações de Arrendamento Mercantil	7b	5.568	1.647
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5b	1.002	752
Resultado c/Títulos e Valores Mobil. e Instr. Fin.Derivativos	6f	1.305	3.440
Despesas da Intermediação Financeira		(13.750)	(7.381)
Operações de Captação de Mercado		(246)	(160)
Operações de Empréstimos e Repasses		(5.775)	(1.307)
Operações de Arrendamento Mercantil		(4.059)	(1.226)
Operações de T.V.M. e Instrumentos .Financ.Derivativos	6f	(3.266)	(3.920)
(Provisão)/Reversão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	7g	(404)	(768)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		5.291	7.093
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(1.972)	(5.690)
Receitas de Prestação de Serviços	20a	151	165
Despesas de Pessoal	20c	(4.282)	(4.211)
Outras Despesas Administrativas	20b	(1.645)	(1.222)
Despesas Tributárias	20a	(22)	(433)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	20a	3.826	11
Resultado Operacional		3.319	1.403
Resultado não Operacional	21	(56)	(91)
Resultado antes da Tributação		3.263	1.312
Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.241)	(718)
Provisão para Imposto de Renda	17a	(27)	(346)
Provisão para Contribuição Social	17a	(379)	(329)
Impostos Diferidos		(835)	(43)
Participação nos Lucros		(254)	-
Resultado do Período		1.768	594
Lucro por ação		0,00001768	0,00000594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Muta  o do Patrimônio Líquido de 30 de junho de 2019 e 2018

	Capital Social	Reserva de Lucros	Ajuste de Avalia��o Patrimonial	Lucro/(Prejuízo) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	100.000	15	1	(1.351)	98.665
Lucro do Semestre	-	-	-	594	594
Reserva Legal	-	30	-	(30)	-
Ajuste de Avalia��o Patrimonial de Instrumentos Financeiros Derivat��os, Líquido de Impostos	-	-	(40)	-	(40)
Saldos em 30 de junho de 2018	100.000	45	(39)	(787)	99.219
Lucro do Semestre	-	-	-	419	419
Reserva Legal	-	21	-	(21)	-
Ajuste de Avalia��o Patrimonial de Instrumentos Financeiros Derivat��os, Líquido de Impostos	-	-	(452)	-	(452)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100.000	66	(491)	(389)	99.186
Lucro do Semestre	-	-	-	1.768	1.768
Reserva Legal	-	88	-	(88)	-
Ajuste de Avalia��o Patrimonial de Instrumentos Financeiros Derivat��os, Líquido de Impostos	-	-	128	-	128
Saldos em 30 de junho de 2019	100.000	154	(363)	1.291	101.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstra  es financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa do 1º semestre de 2019 e 2018

	<u>NOTA</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
RESULTADO DO PERÍODO		1.768	594
Ajustes ao Resultado:		1.353	1.511
Depreciação de Imobilizado	<u>20b</u>	100	78
Depreciação de Arrendamento Mercantil		4.059	1.225
Provisão/(Reversão) p/Crédito de Liquid. Duvidosa	<u>7g</u>	360	768
Provisão/(Reversão) Arrend. Merc. de Liquid. Duvidosa		44	-
Superveniência de Depreciação		(2.578)	(588)
Provisão p/Desvalorização com Bens não de Uso Próprio		56	116
Resultado na Alienação de Outros Valores e Bens		-	(25)
Resultado MTM dos Tít.Vrs.Mobiliários e Instru.Finan.Derivativos		128	39
Impostos Diferidos		190	(102)
Creditos Baixados p/Prejuízo		(169)	-
Recuperação de Créditos		(837)	-
LUCRO/(PREJUÍZO) AJUSTADO DO PERÍODO		3.121	2.105
Variações Patrimoniais			
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		(37.537)	(63.877)
Renda Fixa		-	5.143
TVMe Instrumentos Financeiros Derivativos		408	(3.266)
Operações de Crédito		(29.297)	(61.375)
Operações de Arrendamento Mercantil		(8.900)	(2.525)
Empréstimos		711	(2.385)
Outros Créditos e Outros Valores e Bens		(459)	531
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		20.387	82.649
Depósitos Interfinanceiros		28.083	-
Depósitos a Prazo		17	350
TVMe Instrumentos Financeiros Derivativos		949	-
Obrigações p/ Empréstimos e Repasses		(1.431)	7.029
Obrigações p/ Empréstimos no Exterior		(9.731)	71.824
Outras Obrigações		1.703	1.987
Resultados de Exercícios Futuros		797	1.459
ATIVIDADES OPERACIONAIS - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		(14.029)	20.877
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		(11)	(282)
(Aquisição) de Imobilizado de Uso		(11)	(364)
Baixa de Imobilizado de Uso		-	82
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(14.040)	20.595
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		41.210	17.810
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		27.170	38.405
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(14.040)	20.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco está focado em oferecer financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos produzidos pela Komatsu e comercializados por sua rede de distribuidores no Brasil, através das modalidades de financiamento Finame (BNDES), CDC, Empréstimos e Arrendamento Mercantil. Como não está envolvido com outros produtos bancários de crédito ou de investimentos, é capaz de concentrar seus esforços na oferta de produtos e serviços específicos para seus clientes em condições de excelência.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e com as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às Instituições Financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

✓ Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual p/Elaboração e Divulgação Relat. Contábil- Financeiro	CPC 00
✓ Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01
✓ Resolução nº 4.524/16 – Efeitos das mudanças taxas câmbio e conversão de demonst. contábeis	CPC 02
✓ Resolução nº 3.604/08 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03
✓ Resolução nº 4.534/16 – Ativo intangível	CPC 04
✓ Resolução nº 4.636/18 – Divulgação sobre Partes Relacionadas	CPC 05
✓ Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações	CPC 10
✓ Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23
✓ Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente	CPC 24
✓ Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25
✓ Resolução nº 4.535/16 – Ativo Imobilizado	CPC 27
✓ Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados	CPC 33

Essas demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas em reunião de Diretoria em 22/08/2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base “pro-rata” dia.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal e/ou encargos.

Adicionalmente, as receitas e despesas foram reconhecidas segundo a Portaria MF nº 140/84 que estabelece normas às contraprestações de arrendamento mercantil que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período;
- Ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil; e
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias (entre a data de aplicação e vencimento do ativo) e quando de um resgate antecipado, apresentam risco insignificante de mudança do valor justo, sendo utilizado pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo **(Nota 4)**.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado **(Nota 5)**.

(d) Títulos e Valores Mobiliários

O Banco classifica seus Títulos e Valores Mobiliários na categoria “Títulos Disponíveis para Venda” e os apresentam conforme previsto na Circular nº 3.068/01 de acordo com as seguintes diretrizes:

- (i) **Títulos para Negociação** – adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos Disponíveis para Venda** – representados por títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado líquido dos impostos, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” **(Nota 6)**.
- (iii) **Títulos Mantidos até o Vencimento** – representados por títulos e valores mobiliários para os quais a Administração tem a intenção e a capacidade financeira para mantê-lo até o vencimento, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

(e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os Instrumentos Financeiros Derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para “*hedge*” (proteção) e seguem as orientações da Circular nº 3.082/02 do Bacen. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“*hedge*”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- (i) **Hedge de Risco de Mercado** – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “*hedge*”, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e
- (ii) **Hedge de Fluxo de Caixa** – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de “*hedge*”, têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do “*hedge*” registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período **(Nota 6)**.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos que não atendam aos critérios do “*hedge*” tem seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

(f) Operações de Crédito

Para as Operações de Crédito e Financiamentos - Finame estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos. As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN por meio da Resolução nº 2.682/99, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo) **(Nota 7f)**.

(g) Operações de Arrendamento Mercantil

As Operações de Arrendamento foram demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais a vencer, as quais são apropriadas ao resultado nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamento, necessário para que o resultado e o patrimônio líquido estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato. **(Nota 7a)**.

(h) Provisões de Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

São constituídas em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das mesmas. O CMN estabeleceu por meio da Resolução nº 2.682/99, critérios a serem seguidos para análise de risco dos clientes com operações ativas e os parâmetros para constituição de provisão baseados na experiência passada e riscos específicos dos tomadores de crédito, natureza e finalidade das transações, características das garantias e valor **(Nota 7g)**.

(i) Bens não de Uso Próprio

Os bens recebidos em dação do pagamento em razão da execução de garantias vinculadas a operações de crédito, são registrados na rubrica "Outros Valores e Bens" e incluem provisões constituídas em montante suficiente para cobrir prováveis perdas na realização **(Nota 9)**.

(j) Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se a contratos de uso de licença de software apropriadas no resultado de acordo com os prazos de vigência dos contratos **(Nota 9)**.

(k) Imobilizado de Uso

Até dezembro de 2016 o imobilizado de uso foi registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 20% para veículos, processamento de dados e 10% nos demais itens **(Nota 10)**.

A partir de janeiro de 2017 de acordo com a Resolução nº 4.535/16 do BACEN, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos que impactem sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis a alocação e condição para seu funcionamento.

Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo calculada de forma linear, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta específica de despesa operacional, considera-se vida útil do bem o período de tempo durante o qual o Banco Komatsu espera utilizar o ativo.

(l) Imobilizado de Arrendamento

É demonstrado ao custo e reduzido pela depreciação acumulada, que quando aplicável é calculada de forma acelerada e segundo determinação da Portaria MF nº 140/84, com redução de 30% da vida útil. Consequentemente, o Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu, no período, provisão para superveniência de depreciação, classificada em "Rendas de Arrendamento Mercantil" equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas internas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89 **(Nota 7)**.

(m) Ajustes aos Valores Recuperáveis dos Ativos

O Banco adota a prática de executar testes nos valores de recuperação dos seus Ativos não financeiros de acordo com a Resolução nº 3.566/08, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorizações desses Ativos e consequente ajustes contábeis desses Ativos aos seus valores de realização.

(n) Outros Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(o) Imposto de Renda e Contribuição Social (Ativos e Passivos)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica "Outros Créditos – Diversos" e realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais. A provisão para a contribuição social é calculada à alíquota de 20%, (até dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda **(Nota 17a)**.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados pelos valores prováveis de realização e foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e à alíquota de 15% para a contribuição social **(Nota 17b)**.

(p) Passivos Circulantes e Exigíveis a Longo Prazo

São demonstrados por valores conhecidos calculados com base em variáveis observáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

(q) Resultado de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo.

(r) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferido ativo. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

(s) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$) mil, que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

(t) Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN **(Nota 22d)**.

Em 30 de junho de 2019 o Banco possui Passivos Contingentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, apresentado na demonstração do fluxo de caixa está constituído por:

Caixa e Equivalentes de Caixa	2019	2018
Disponibilidades	16	13
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (a)	27.154	38.392
TOTAL	27.170	38.405

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações em depósitos interfinanceiros estão demonstradas a seguir:

a) Composição das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

	2019	2018
Até 90 dias		
Não Ligadas	27.154	38.392
TOTAL	27.154	38.392

As aplicações e Depósitos Interfinanceiros possuem taxa de 96% e 99,5% do CDI em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente.

b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

	2019	2018
Até 90 dias		
Não Ligadas	1.002	752
TOTAL	1.002	752

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Classificação de Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	2019					2018				
	Valor de Custo	Valor de Mercado/ Contábil	Marcação a mercado	Taxa %	Custódia	Valor de Custo	Valor de Mercado/ Contábil	Marcação a mercado	Taxa %	Custódia
Instrumentos Financeiros Derivativos										
Diferenciais a Receber de "Swap"	3.034	2.685	349	8,29	Cetip	2.972	2.785	187	8,29	Cetip
Diferenciais a Receber de "Swap"	306	168	137	6,80	Cetip	468	481	(13)	7,61	Cetip
Total Swap a Receber		2.853					3.266			
	2019					2018				
	Valor de Custo	Valor de Mercado/ Contábil	Marcação a mercado	Taxa %	Custódia	Valor de Custo	Valor de Mercado/ Contábil	Marcação a mercado	Taxa %	Custódia
Instrumentos Financeiros Derivativos										
Diferenciais a Pagar de "Swap"	1.279	1.434	155	7,6	Cetip	-	-	-	-	-
Diferenciais a Pagar de "Swap"	608	675	67	8,26	Cetip	-	-	-	-	-
Diferenciais a Pagar de "Swap"	156	335	179	8,14	Cetip	-	-	-	-	-
Total Swap a pagar		2.444								

Para as categorias "Títulos para Negociação", "Títulos Disponíveis para Venda" e "Instrumentos Financeiros Derivativos", o valor de mercado foi apurado com base nos seguintes critérios:

Swap, com base nos valores referenciais de cada um dos parâmetros dos contratos, considerando o fluxo de caixa descontado a valor presente pelas taxas no mercado futuro de juros apurados com base nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, e destina-se a atender as necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição e riscos de mercado, moeda e juros.

Em 30 de junho de 2019 e 2018, o Banco não apresentava títulos classificados como "Mantidos até o Vencimento e Negociação".

b) Hedge de Fluxo de Caixa e Risco de Mercado

Conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen as operações classificadas como "Hedge" são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como "Hedge" de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado ou classificadas como "Hedge" de fluxo de caixa quando se destinam a compensar variação no fluxo de caixa estimado da instituição.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O resultado da marcação a mercado da estrutura designada como “Hedge” de risco de fluxo de caixa está contabilizado no patrimônio líquido, correspondendo um débito no montante de (R\$ 363), líquidos dos efeitos tributários em 2019 e um débito no montante de (R\$ 39) em 2018.

O “Hedge” é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do objeto de “Hedge” num intervalo entre 80% a 125% de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN.

A efetividade das estruturas dos “Hedges” de risco de fluxo de caixa é medida mensalmente, e estão em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

c) Composição dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Descrição	Indexador	Notional	Curva	Mercado	Ajuste ao MTM
Swap - Ponta Ativa	Euro	19.470	19.452	19.324	128
Swap (Ponta Passiva)	Reais	(19.470)	(20.732)	(20.759)	27
Swap - Ponta Ativa	Dolar	70.413	73.901	73.748	153
Swap (Ponta Passiva)	Reais	(70.413)	(71.318)	(71.896)	578
					886

d) Composição dos Instrumentos Financeiros Derivativos Ajuste ao Patrimônio Líquido

Total Ajuste de Avaliação Patrim. Saldo anterior	491	
Ajuste ao PL MTM - Diferencial Swap	86	
Ajuste ao PL MTM - Empréstimos Exterior	(281)	Nota12
Ajuste ao PL MTM antes dos impostos	(195)	
Impostos IR/CS	67	
Total do Ajuste de Avaliação Patrimonial	363	

e) Análise de Efetividade do Hedge

Descrição	Exposição	Principal	Curva	Mercado	Ajuste ao MTM
Swap - Ponta Ativa	Dolar	70.413	73.901	73.748	153
Captação	Dolar	(70.413)	(73.901)	(73.748)	(153)
Swap - Ponta Ativa	Euro	19.470	19.452	19.324	128
Captação	Euro	(19.470)	(19.452)	(19.324)	(128)
				-	100%

f) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2019	2018
Rendas com Operações de Swap	1.305	3.440
Despesas com Operações de Swap	(3.266)	(3.920)
	(1.961)	(480)

g) Composição do Diferencial a Receber/(Pagar)

Descrição	Indexador	Valor Original	Curva	Mercado
Posição Ativa	Dolar	42.778	46.675	46.636
Posição Passiva	Reais	42.778	43.327	43.783
Diferencial de Swap a Receber				2.853

Descrição	Indexador	Valor Original	Curva	Mercado
Posição Ativa	Dolar/Euro	47.105	46.679	46.436
Posição Passiva	Reais	47.105	48.723	48.880
Diferencial de Swap a Pagar				(2.444)

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL
a) Composição das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Operações Financiamento - CDC PRE	180.099	84,4	130.930	88,5
Operações Financiamento - FINAME	6.341	3,0	7.664	5,2
Operações Empréstimos	883	0,4	2.386	1,6
Operações de Arrendamento Mercantil (1)	26.003	12,2	7.017	4,7
TOTAL	213.326	100,0	147.997	100,0

(1) A Carteira está representada pelas operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, demonstradas pelo valor presente dos contratos, cujo saldo totaliza R\$ 26.003 (2018, R\$ 7.017) na data do balanço, conforme composição abaixo:

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2019	2018
Arrendamento a Receber	28.838	8.101
(Renda a apropriar de Arrendamento Mercantil)	(28.823)	(8.087)
Imobil. de Arrend. Líquido de Depreciação	27.583	7.243
Credores por Antecipação de Valor Residual	(1.595)	(240)
Valor Presente de Arrendamento Mercantil	26.003	7.017

b) Rendas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

Operações de Crédito	2019	2018
Operações Financiamento - CDC PRE	10.681	8.039
Financiamento - FINAME	415	469
Operações Empréstimos	70	127
Operações de Arrendamento Mercantil	5.568	1.647
TOTAL	16.734	10.282

c) Composição por Setor de Atividade de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	2019		2018	
Setor Privado	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	21.556	10,1	13.756	9,3
Pessoa Jurídica	191.770	89,9	134.241	90,7
Serviços	84.777	39,7	57.363	38,8
Comércio	90.076	42,2	60.151	40,6
Rural	2.731	1,3	2.702	1,8
Indústria	12.886	6,0	11.220	7,6
Empresariais	1.300	0,6	2.805	1,9
TOTAL	213.326	100,0	147.997	100,0

d) Concentração dos principais devedores

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Principal Devedor	20.455	9,6	11.220	7,6
10 Maiores Devedores	46.722	21,9	43.045	29,1
50 Maiores Devedores	48.314	22,6	38.657	26,1
100 Maiores Devedores	40.599	19,0	34.102	23,0
Demais Devedores	57.236	26,8	20.973	14,2
TOTAL	213.326	100,0	147.997	100,0

e) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil por Faixas de Vencimentos

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas (1)	1.092	0,5	762	0,5
A Vencer até 30 Dias	8.936	4,2	5.750	3,9
A Vencer de 31 a 60 Dias	8.155	3,8	5.235	3,5
A Vencer de 61 a 90 Dias	8.026	3,8	5.290	3,6
A Vencer de 91 a 180 Dias	24.414	11,4	15.784	10,8
A Vencer de 181 a 360 Dias	42.309	19,8	28.572	19,3
A Vencer acima de 361 Dias	120.394	56,4	86.604	58,4
TOTAL	213.326	100,0	147.997	100,0

(1) O Banco não possuía operações de crédito vencidas há mais que 90 dias em 30 de junho de 2019 e em 2018 o Banco possuía operações de crédito vencidas há mais de 90 dias.

f) Classificação da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil por Níveis de Risco

Níveis de Risco	% Provisão Mínima Exigida	2019		2018	
		Valor	Provisão	Valor	Provisão
		Operações de Crédito		Operações de Crédito	
AA	0,00	352	-	290	-
A	0,50	57.030	285	52.423	262
B	1,00	149.560	1.495	92.063	920
C	3,00	5.825	175	2.215	66
D	10,00	559	56	-	-
E	30,00	-	-	169	51
F	50,00	-	-	837	419
TOTAL		213.326	2.011	147.997	1.718

g) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2019	2018
Saldo Inicial	2.613	1.247
Constituição de Provisão	407	768
Reversão de Provisão	(3)	-
Baixa para Prejuízo	(1.006)	(297)
Saldo Final	2.011	1.718

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

No período, o Banco possui operações baixadas para prejuízo, no montante de R\$ 1.006 em 2019 e (R\$ 297 em 2018), em 2019 foram renegociadas e recuperadas o montante de R\$ 837 e em 2018 não existia operações renegociadas e recuperadas.

8. OUTROS CRÉDITOS

	2019	2018
Rendas a Receber(1)	519	214
Impostos/Contrib.A Compensar	310	564
Crédito Tributário (Nota 17b)	1.314	1.130
Diversos(2)	496	169
TOTAL	2.639	2.077

(1) Refere-se a valores a receber de subsídio.

(2) Refere-se basicamente a adiantamento de 13º salário e operações a liquidar em D+1,(Adiantamento de férias e operações a liquidar em D+1 em 2018).

9. OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens Não de Uso Próprio	1.329	272
Máquinas e Equipamentos	1.385	388
(-) Provisão p/Desvalor.de BNDU	(56)	(116)
Despesas Antecipadas	73	121
Despesas Antecipadas (1)	73	121
TOTAL	1.402	393

(1) Refere-se a aquisição de licença de uso de sistemas de informação.

10. IMOBILIZADO DE USO

Itens	2019			2018		
	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contábil	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contábil
Máquinas e Equip. de Uso	4	(1)	3	4	(1)	3
Móveis e Utensílios	180	(38)	142	89	(22)	67
Sistema de Comunicação	24	(11)	13	18	(6)	12
Sistema de Proces.de Dados	202	(144)	58	187	(82)	105
Sistema de Transporte	624	(241)	383	581	(107)	474
TOTAL	1.034	(435)	599	879	(218)	661

11. DEPÓSITOS

Os Depósitos a Prazo estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média de juros pós-fixada de 95,5% do DI, e os Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) estão classificados de acordo com seus vencimentos com taxa pré-fixada de 6,84% a.a.

a) Depósitos - por Prazo de Exigibilidade

	2019		2018	
	1 a 3 anos	Total	1 a 3 anos	Total
Depósitos Interfinanceiros				
CDI -Pré não Ligada (1)	28.083	28.083	-	-
Depósitos a Prazo				
CDB -Pós Ligada (1)	5.443	5.443	5.314	5.314

(1) Os Depósitos a Prazo e Interfinanceiros tem liquidez diária e pode ser resgatado a qualquer momento sem ônus à Instituição.

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

Obrigações por empréstimos no exterior, são representadas por recursos em moeda estrangeira, sobre os quais incidem encargos financeiros acrescidos de juros com taxas entre 0,33% a 3,93% a.a. em 2019 e (3,25% a 3,71% a.a. em 2018) somam o montante de R\$ 93.070 em 2019 e (R\$ 71.824 em 2018).

	2019				
	Principal	Curva	Mercado	Valor Contábil	Ajuste ao MTM
Obrigações por Empréstimos no Exterior					
Empréstimos em Moeda Estrangeira - Objeto de Hedge	89.883	93.351	93.070	93.070	281
Valor Total	89.883	93.351	93.070	93.070	281

	2018				
	Principal	Curva	Mercado	Valor Contábil	Ajuste ao MTM
Obrigações por Empréstimos no Exterior					
Empréstimos em Moeda Estrangeira - Objeto de Hedge	34.995	38.596	38.494	38.494	102
Empréstimos em Moeda Estrangeira - Não Objeto de Hedge (1)	33.110	33.330	-	33.330	-
Valor Total	68.105	71.926	38.494	71.824	102

(1) Os empréstimos não objeto de Hedge foram contratados já convertidos para moeda nacional, junto a uma Instituição Financeira no exterior, não apresentando risco cambial para o Banco Komatsu.

13. OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS

Recurso do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME, sujeitos a encargos contratuais pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescido de juros de 2,10% a.a. com vencimento em 2023.

a) Obrigações por Repasses**No país - Instituições Oficiais**

Programa	Remuneração a.a	2019		2018	
		até 1 ano	1 a 3 anos	até 1 ano	1 a 3 anos
FINAME					
Pós- fixado	TJLP +2.1% a.a	2.427	3.877	2.256	5.397

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2019	2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos	150	21
Fiscais e Previdenciárias	2.372	1.422
Pagamento de Pessoal	2.066	1.829
Credores por Antecipação do Valor Residual	1.595	240
Provisão Despesas Administrativas	248	166
Fornecedores	134	124
TOTAL	6.565	3.802

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O Capital Social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 100.000.000 (Cem milhões de Reais), divididos em 100.000.000 (Cem milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido do período para a constituição da Reserva Legal, até que esta alcance o limite de 20% do capital social realizado previsto em Lei. Do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o mínimo de 25% será distribuído como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, devendo ter o destino que for determinado pela Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria.

A Assembleia Geral poderá, também, se não houver oposição de nenhum acionista presente, tenha direito a voto ou não, deliberar distribuição de dividendo e/ou remuneração sobre o capital próprio inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro, observado o disposto no parágrafo 6º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, quantia não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, a cada período, após as deduções previstas no Estatuto e conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. O valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio nos termos da legislação pertinente, poderá ser incluído ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. A destinação dos lucros e pagamentos deverá ser determinada pela Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria conforme Estatuto Social.

Em 30 de junho de 2019 e 2018, o Banco não distribuiu dividendos.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 4.636/18 do CMN, como segue:

Coligada do Grupo Controlador	2019	2018
ATIVO		
Rendas a Receber (1)	519	214
Komatsu Brasil International Ltda.	519	214
TOTAL	519	214
PASSIVO		
Pagamentos a Efetuar (2)	40	21
Komatsu Brasil International Ltda.	40	21
Depósito a Prazo - CDB	5.443	5.314
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda.	5.443	5.314
TOTAL	5.483	5.335
RESULTADO		
Rendas de Financiamento Subsidiado	1.190	867
Komatsu Brasil International Ltda.	1.190	867
Outras Despesas Administrativas (3)	(139)	(134)
Komatsu Brasil International Ltda.	(139)	(134)
Despesa de Depósito a Prazo	(134)	(156)
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda.	(134)	(156)
TOTAL	917	577

(1) Refere-se a recebimento de subsídio de taxas sobre operações de crédito.

(2) Refere-se a pagamentos a efetuar conforme contrato de compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

(3) Refere-se, basicamente, a compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

Todas as transações entre o banco e partes relacionadas são efetuadas a preço e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigente nas datas das operações.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes da Tributação	3.009	3.009	1.311	1.311
(+) Adições Permanentes	341	63	301	16
(+) Adições Temporárias	(545)	(545)	1.023	1.023
(-) Exclusões Temporárias	(2.579)	-	(588)	-
Resultado Antes da Compensação	227	2.528	2.047	2.350
Realização/Constituição Crédito Tributário	(68)	-	-	-
Base de Cálculo IRPJ/CSLL	159	2.528	2.047	2.350
Alíquota Nominal (15% IRPJ)	24		215	
Alíquota Nominal (10% adicional - IRPJ)	4		131	
Total Imposto de Renda	28		346	
Alíquota Nominal (20% CSLL)				329
Alíquota Nominal (15% CSLL)		379		
Total Imposto de Contribuição Social		379		329

b) Crédito Tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2019	2018
Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social e Diferenças Temporárias	(120)	(2.383)
Prejuízos Fiscais e Base Negativa de IRPJ e Diferenças Temporárias	(3.211)	(2.613)
Crédito Tributário IRPJ	833	653
Crédito Tributário CSLL	482	477
TOTAL	1.314	1.130

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Origem	2018	Constituição	Realização	2019
Crédito Tributário s/ Prejuízo Fiscal	72	-	(42)	30
Crédito Tributário s/ Adições Temporárias - PDD	773	10	-	783
Crédito Tributário s/ Adições Temporárias - Outras	285	216	-	501
Total de Créditos Tributários	1.130	226	(42)	1.314

Em 30 de junho de 2019 e 2018, o Banco possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em "Outros Créditos – Diversos", tendo em vista as estimativas dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisto no mínimo semestralmente (30 de junho e 31 de dezembro).

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura deste estudo são:

- ✓ Premissas básicas aderentes ao plano estratégico do Banco e ao cenário macroeconômico atual;
- ✓ Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- ✓ Crescimento da carteira de crédito e dos "spreads" aderentes às expectativas de mercado;
- ✓ Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco; e
- ✓ Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais da Instituição.

A realização desses créditos tributários, no período estimado, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre os estoques de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL e sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a Taxa Selic projetada ano a ano, para os próximos 2 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço.

Ano de Realização	Valor	Valor Presente	% de Realização
2019	603	568	45,8%
2020	711	634	54,2%
TOTAL	1.314	1.202	100,0%

18. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Como em toda atividade bancária, as operações do Banco Komatsu do Brasil S.A. estão sujeitas a vários tipos de riscos, sendo assim, a alta administração da instituição considera a gestão de riscos e compliance essenciais para o bom desempenho e continuidade de negócios.

A área de gestão de riscos e compliance do Banco atua de maneira integrada e está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações, de forma a atender às boas práticas de mercado e às disposições da regulamentação em vigor.

O processo de gerenciamento de riscos e compliance conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banco, que abrange desde as unidades de negócio até a Diretoria e seus Comitês.

O Banco possui um Comitê de Riscos e Compliance que tem como principal atribuição o aprimoramento das ferramentas de controle e processos, acompanhamento, monitoramento dos riscos da Instituição, aprovação de novos instrumentos normativos e políticas internas.

Maiores detalhes sobre as informações relativas à estrutura de gerenciamento de riscos e relatórios de transparência estão disponíveis na aba Governança na página da Instituição na web, no endereço: www.bancokomatsu.com.br.

a) Risco de Crédito

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de crédito, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

O Banco utiliza modelo próprio de classificação do risco de crédito onde são considerados aspectos quantitativos e qualitativos. A classificação de crédito baseia-se em informações tais como: a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas que garante a detalhada observação e avaliação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

Os princípios de controle do Banco estão descritos nas políticas de risco que estão em constante desenvolvimento e manutenção.

b) Risco de Mercado

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

Por se tratar de um banco de nicho, operando basicamente no financiamento de bens da própria marca para pessoas físicas e jurídicas, o perfil de exposição ao risco de mercado da instituição é conservador. Os investimentos da tesouraria são restritos ao excedente de caixa, estão disponíveis para venda e não possuem finalidade especulativa, sendo assim, são registrados na carteira de não negociação (Banking).

A instituição utiliza instrumentos derivativos de *hedge* para proteger suas operações, sujeitas a variação cambial. A estratégia consiste exclusivamente em compensar os riscos de variações de preços de mercado, não assumindo nenhuma posição especulativa.

O capital mínimo requerido para cobertura do risco das exposições sujeitas à variação de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRBB) é calculado mensalmente através da metodologia EVE (*Economic Value Equity*) de acordo com preceitos a Circular No. 3.365/07 do BACEN.

c) Risco de Liquidez

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

As políticas e procedimentos internos de gestão de riscos visam cobrir o:

Risco de liquidez operacional, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente às despesas administrativas;
Risco de liquidez de financiamento, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente à contratação de novos negócios de acordo com o planejamento estratégico da Instituição;
Risco de liquidez associado ao risco mercado, oriundo dos descasamentos entre ativos e passivos da Instituição.

Tais políticas e procedimentos estabelecem parâmetros para a posição mínima de liquidez do Banco e possuem capacidade de mensurar se o banco está operando nesses parâmetros, gerando relatórios tempestivos à administração que permitem tomar decisões sobre liquidez e monitorar os resultados dessas decisões.

d) Risco Operacional

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco operacional, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

O processo de monitoramento do Risco Operacional envolve toda a estrutura do Banco, iniciando-se com os colaboradores que identificam os riscos, os gestores de processos que avaliam os riscos, passando pela área de gestão de risco e comitê de riscos e compliance que determinam as ações para sua mitigação.

Os trabalhos de Auditoria Interna complementam tal processo, devendo constar dos seus relatórios a avaliação do sistema de controles internos e riscos.

Em conjunto com a área de gestão de riscos e compliance às demais áreas de negócios do Banco são responsáveis pela elaboração e cronograma dos planos de ação, cuja finalidade são de aprimoramento dos processos e controles internos. Os planos de ação são aprovados e acompanhados sistematicamente pelo comitê de riscos e compliance.

Com relação ao atendimento dos requisitos de Basileia, o Banco gerencia seus riscos operacionais utilizando a abordagem básica para alocação de capital.

e) Risco Socioambiental

Em conformidade a Resolução nº 4.327/14 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco socioambiental, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

Na condução de seus negócios, o Banco possui política, procedimentos, e práticas que visam mitigar o risco socioambiental em toda a sua cadeia produtiva, desde o estabelecimento de canais de comunicação com clientes internos e externos até o monitoramento das atividades de seus clientes tanto no momento da aprovação de crédito quanto no decurso de relacionamento com a Instituição.

f) Gestão do Capital

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o processo de gestão de capital está centrado no acompanhamento mensal da adequação do Patrimônio de Referência (PR) e visa assegurar que a Instituição mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) utilizado para cumprir os limites operacionais detalhados na Resolução 4.192/13 do CMN, consiste no somatório do Capital de Nível I e Capital de Nível II, onde:

Capital de Nível I: composto pelo Capital Principal, apurado a partir do capital social, contas de reservas e lucros retidos menos deduções e ajustes prudenciais, bem como pelo Capital Complementar;

Capital de Nível II: composto por instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeito a limitações prudenciais.

19. ÍNDICE DE CAPITAL

O Índice de Basileia, de Capital Principal, Nível I e Nível II, são requeridos para garantir a solidez do Banco e com intuito de suportar o crescimento do negócio do mesmo. Tal Índice é calculado com base na relação entre os ativos ponderados pelo risco e o capital do banco.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O Banco segue as orientações preliminares e cronograma relativos à implementação no Brasil, das recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária acerca da estrutura de capital e de requerimentos de liquidez (Basileia III), de acordo com o Comunicado nº 20.615/11 do BACEN.

Os Índices de Capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções nº 4.192/13 do CMN e nº 4.193/13 do CMN, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

A avaliação e suficiência de capital é feita periodicamente com intuito de verificar se o patrimônio de referência é suficiente para os riscos tomados pelo Banco.

	2019	2018
Patrimônio de Referência	101.053	99.148
PR - Nível I	101.053	99.148
Capital Principal (CP)	101.053	99.148
Capital Social	100.000	100.000
Perdas ou Prejuízos Acumulados	-	(787)
Sobras ou Lucros Acumulados	1.292	-
(+) Reservas de Capital, de Reavaliação e de Lucros	154	46
(-) Deduções do CP Ajustes Prudencias	(30)	(72)
Ajuste ao Valor de Mercado	(363)	(39)
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	259.019	196.556
Risco de Crédito	233.863	171.934
Risco Operacional	25.156	24.622
Nível I	101.052	99.148
Capital Principal (CP)	101.052	99.148
Patrimônio de Referência	101.052	99.148
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	20.722	16.953
Folga em Relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	80.330	82.195

As Instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 8,0% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco, acrescidos de percentuais sobre os riscos de créditos, em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em variação da taxa de juros, conforme normas e instruções do BACEN.

Em 30 de junho de 2019 o Banco está enquadrado neste limite operacional, onde o índice de capital corresponde a 39,01% (50,44% em 2018).

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º exercício de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748/15 do BACEN, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantida pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). O índice de Alavancagem do Banco Komatsu do Brasil é de 38,95% (50,52% em 2018).

20 OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS**a) Outras Receitas /(Despesas) Operacionais**

	2019	2018
Receita de Prestação de Serviços	151	165
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (1)	3.826	11
Despesas Tributárias	(22)	(433)
TOTAL	3.955	(257)

(1) Refere-se basicamente a Variação Cambial das operações de Empréstimos no Exterior realizados no exercício de 2019 e 2018.

b) Outras Despesas Administrativas

	2019	2018
Despesas de Processamento de Dados	490	274
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	390	408
Despesas de Serviços Sistema Financeiro	73	70
Outras Despesas Administrativas	111	120
Despesas com Transportes	15	15
Despesas de Comunicação	26	55
Despesas de Viagens	150	21
Despesas de Publicações	37	23
Despesa de Depreciação	100	78
Despesa c/ Seguros	64	56
Despesa c/Emol.Judiciais e Cartorários	48	102
Despesa c/Promoções e Relações Públicas	50	-
Despesa c/ Aluguéis	91	-
TOTAL	1.645	1.222

c) Despesas de Pessoal

	2019	2018
Proventos e Ordenados	2.983	2.906
Encargos Sociais	858	915
Benefícios	433	387
Treinamento	8	3
TOTAL	4.282	4.211

21 RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Refere-se a perda na desvalorização de alienação de bens, no montante de (R\$ 56), para o período de 30 de junho de 2019. Em 30 de junho de 2018, refere-se ao ganho na venda de veículo de frota, e a perda na desvalorização de alienação de bens no montante de R\$ 25 e (R\$ 117), respectivamente.

22 OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Benefícios a Funcionários

O Banco oferece aos seus empregados os seguintes benefícios: seguro de vida, seguro saúde, vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte. Nenhum destes benefícios é considerado como parte integrante do salário.

O Banco não possui planos de benefícios pós-emprego, benefício de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações, e não contribui com planos de previdência privada ou complementar.

b) Participação nos Lucros – Funcionários

O Banco concede o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados, de acordo com os parâmetros da legislação vigente.

c) Remuneração de Pessoal Chave da Administração

A Resolução do CMN nº 3.921/12 tem como objetivo principal regulamentar e institucionalizar as políticas de remuneração dos administradores de Instituições financeiras, assegurando seu alinhamento à política de gestão de riscos do Banco, no sentido de coibir comportamentos que possam ser considerados desalinhados dos níveis de segurança e de prudência desejados. A referida Resolução estabelece diretrizes sobre os programas de remuneração variável, e também as responsabilidades na aprovação, operacionalização e divulgação das políticas de remuneração, bem como a criação de um comitê de remuneração.

Alinhando às regras da referida Resolução, a remuneração dos administradores do Banco, são baseados, (i) nas responsabilidades dos Administradores, considerando os diferentes cargos ocupados e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) ao valor de seus serviços no mercado.

Os administradores do Banco são remunerados através de Pró-Labore ou salários quando registrados sob o regime CLT, que estão apresentados na rubrica despesas de pessoal. A instituição trabalha no momento com remuneração variável.

d) Ativos e Passivos Contingentes

O Banco tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda possível.

Em 30 de junho de 2019 o Banco possui Passivos Contingentes:

Ações Cíveis

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco estimado é de R\$ 837, sendo que sua natureza refere-se à Ações de Recuperações de Máquinas.

e) Resultado de Exercícios Futuros

Refere-se as receitas dos contratos com taxas subsidiadas pela Komatsu Brasil International Ltda.

f) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Concluimos que para o período de 2019 e 2018, não houve eventos subsequentes.

CEO**Carlos Ribeiro****CFO****Paulo Alves****Contadora****Luciana Moreno**